

Contextos de vivência no bairro do Cerco do Porto: Cenários de pertencas, de afectividades e de simbologias¹

*Paula Guerra*²

Resumo

Neste ponto, sublinharemos que o Bairro é cenário e território de uma variedade de relacionamentos sociais, é um lugar de experiências partilhadas, tendo-se como referencial a identidade colectiva do Bairro. Neste contexto, as práticas de sociabilidade são, de certa forma, o móbil da história do bairro. Da sua maior grandeza depende a existência do bairro enquanto meio social com vida própria ou tão só de um conjunto de edifícios e ruas organizadas num espaço. Vários factores podem contribuir articuladamente para a análise deste Bairro como contexto eminentemente relacional e é desses factores que pretendemos dar conta nesta comunicação, evidenciando lógicas e relacionamentos que podem ou não cristalizar vivência de auto e de hetero exclusão social.

“Uma cidade contém muitas cidades, cada uma com a sua verdade própria. As cidades não se mostram inteiras nem uniformes e é trabalhoso aceder ao que se esconde por detrás das aparências óbvias. A viagem pelos circuitos explícitos desliza facilmente por códigos simples: aqueles que dominam. Mas esses não são os únicos, nem serão os mesmos para sempre. Face à leitura estandardizada da cidade (o circuito, o guia oficial, o trajecto turístico), há outras formas mais trabalhosas, mas igualmente verdadeiras, de se acercar a ela. São as aproximações a partir da ausência, a queixa e o desejo de mudança, que procuram o sentido acima ou mais além dos aparentes significados neutrais das coisas.”

Maria-Angéls Durán, *La Ciudad Compartida. Conocimiento, Afecto y Uso*

1. Auto e hetero-imagens: O bairro do Cerco e os outros bairros sociais

Podemos dizer que a construção das representações do «nós» (população residente no Bairro) e a sedimentação da identidade do «nós» faz-se por comparação face aos «outros», encarando-se aqui os outros como os habitantes dos outros bairros camarários localizados na cidade do Porto. Neste contexto, intentamos aceder aos universos de representação da população inquirida, procurando esboçar as imagens e as representações sociais acerca dos habitantes dos bairros camarários, demonstrando que a condição de habitante de um bairro camarário se pode recobrir de diferenciações e de mecanismos de representações heterogéneos, evidenciando, em última análise, a necessidade de desmontagem de uma «doxa» tal como assegura Pierre Bourdieu: “contra esta doxa, segundo penso, precisamos de nos defender submetendo a análise e tentando compreender os mecanismos segundo os quais é produzida e imposta.”³

¹ Esta comunicação resultou do trabalho de investigação desenvolvido no quadro da efectivação da tese de mestrado intitulada *A Cidade na Encruzilhada do Urbano - Algumas modalidades de relação e um estudo de caso acerca do processo de recomposição social e espacial do tecido urbano portuense na década de 90.*(2002).

² Socióloga, docente do curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

³ Pierre Bourdieu, *Contrafogos*, Oeiras, Celta Editora, 1998, p. 39.

FOTOGRAFIA 1.



Entrada Norte do Bairro

Situando-se e tomando posição acerca da expressão «as pessoas acomodam-se à situação do bairro camarário e não mudam de vida», 39 inquiridos (29,3%) declaram que concordam em parte, 33 (24,8%) afirmam que concordam totalmente, 29 respondentes (21,8%) que discordam totalmente de tal expressão, assim como, 20 inquiridos (15,0%) que discordam parcialmente. De facto, o eixo representativo mais significativo por parte dos inquiridos parece ser o da assunção de uma concordância total ou parcial perante a situação de relativo comodismo face ao estado das coisas assumidas por parte dos moradores dos bairros camarários. Este tipo de representação por parte desta população parece associar-se a uma imagem generalizada e exógena reprodutora dum quadro discursivo acerca dos moradores da habitação camarária, podendo explicar-se pelas afirmações proferidas por Patrick Champagne: “os dominados são os menos aptos a poder controlar a representação deles próprios. (...) Porque eles são culturalmente desmunidos, eles são, por outro lado, incapazes de se exprimirem nas formas requeridas pelos grandes media. (...) Eles são mais falados do que falam e mesmo que falem aos dominantes, tendem a ter um discurso *d'emprunt*, aquele que os dominantes têm a seu respeito.”⁴

Ainda no quadro da análise das representações acerca dos posicionamentos e estratégias de acção dos moradores dos bairros camarários, quando interrogados sobre a expressão «essas pessoas são postas de lado pelas outras», os inquiridos dividem-se entre os que discordam frontalmente desse juízo de valor (51 inquiridos, 38,1%), os que concordam parcialmente (34 inquiridos, 25,4%) e os que assumem concordar de forma peremptória (27 inquiridos, 20,1%). Assim, existe uma parte significativa de moradores que não admite que a sociedade em geral os marginalize e exclua pelo simples facto de residirem em Bairros camarários, contudo, um conjunto não despidendo de indivíduos assumem a hetero-marginalização de que são objecto. Não deixa de ser interessante verificar nestes moradores o surgimento de uma postura que se consubstancia numa certa resistência à hetero-estigmatização.

Ainda dentro do mesmo registo analítico, a maioria da população inquirida concorda que os «moradores de bairros camarários têm grandes dificuldades em alterar o seu percurso de vida», não acreditando nas capacidades de ascensão social. De facto, 71 pessoas (53,4%) concordam totalmente com a expressão «as pessoas gostariam de mudar de vida mas não conseguem», também 35 inquiridos (26,3%) concordam em parte com a afirmação, dando consistência à tendência de resposta maioritária. Exceptuando, 14 indivíduos (10,5%) que se declaram indiferentes face à expressão, a discordância é claramente minoritária, uma vez que

⁴ Patrick Champagne, “La vision mediatique”, in Pierre Bourdieu (dir.), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil, 1993, pp. 61-62.

somente 9 inquiridos (6,8%) discordam em parte e 4 pessoas (3,0%) discordam totalmente. Estamos perante uma atitude que reflecte uma espécie de fatalidade («profecia que se auto-cumpr») em termos de percurso de vida por parte dos habitantes com residências de propriedade camarária, intensificando-se nestes espaços um conjunto de estratégias de auto-exclusão perpetuadoras obviamente de uma vivência que tem como referência um princípio a que Bourdieu chama de ««escolha do necessário»» (isto não é para nós).»⁵

FOTOGRAFIA 2.



Rua limítrofe entre o Bairro e as Cooperativas de habitação

No que se refere às representações construídas pelos sujeitos a propósito das relações entre os moradores dos bairros camarários e o “poder” (em sentido lato), podemos dizer que uma parte significativa da população, 58 inquiridos (43,6%), declaram que concordam totalmente com a expressão «as pessoas são prejudicadas pelo poder», seguindo-se um conjunto de 23 indivíduos (17,3%) que orientam o sentido de resposta para a concordância parcial. Apenas 20 pessoas (15,0%) discordam totalmente de tal perspectiva e 6 (4,5%) discordam parcialmente. Um dado pertinente do ponto de vista analítico parece residir no facto de esta expressão agregar o maior número de respostas marcadas pela indecisão, consubstanciadas pela categorização de que não concordam, nem discordam; neste âmbito, encontramos 26 pessoas (19,5%). Neste caso estamos perante um universo de representações maioritariamente marcado pela culpabilização do poder, não sendo também de descurar neste contexto a existência ainda que resignada de uma crítica persistente face aos dominantes e às suas imposições.

Quase metade da população (66 inquiridos, 49,6%) assume uma postura de concordância total perante a expressão de que «as pessoas que residem nos Bairros camarários deviam ser tratadas de forma preferencial», dotando os moradores destes Bairros de uma espécie de estatuto de preferência face aos demais. Também 20 pessoas (15,0%) se posicionam em concordância relativa face a tal expressão. Contudo, saliente-se que 28 inquiridos (21,1%) discordam totalmente desta postura e 10 (7,5%) discordam parcialmente da mesma.

Desta forma, acentua-se uma certa lógica de inferiorização e de subalternização dos residentes que parecem, assim, assumir a “etiqueta”⁶ de «relegados» e de «assistidos». Por outras palavras, os inquiridos mostram que interiorizaram um sentimento de dependência, de incapacidade de resolução dos seus próprios problemas e de abandono por parte do poder. Dentro da tipologia de assistidos apresentada por Serge Paugam⁷, estamos perante o que este

⁵ Pierre Bourdieu, *La Distinción. Criterio y Bases Sociales del Gusto*, Madrid, Taurus, 1998, p. 386.

⁶ Cf. Howard S. Becker, *Outsiders: Études de la Sociologie de la Déviance*, Paris, Éditions A. M. Métailié, 1985.

⁷ Recorremos à tipologia e à terminologia do autor, pese embora, a necessária readaptação face ao contexto em análise. Cf. Serge Paugam, *La Desqualification Sociale. Essai sur la Nouvelle Pauvreté*, Paris, PUF, 1991, pp. 107-115.

autor designa por *assistência reivindicada* na medida em que se patenteia uma racionalidade vincada em prol da reivindicação do direito aos benefícios de subsídios e de outras compensações sociais, assim como, o alojamento, a escola, a segurança, etc., face ao poder e mesmo face aos técnicos locais ligados à assistência social.⁸

Quando levados a posicionar-se acerca da expressão «as pessoas são manobradas pela Câmara», 41 inquiridos (31,1%) discordam totalmente com o conteúdo dessa expressão, em oposição a 38 pessoas (28,8%) que declaram concordar totalmente com a expressão. Portanto, assistimos, neste caso, a uma certa dualização de posicionamento, tanto mais visível se considerarmos o número significativo de indivíduos que optam por não se posicionar face à expressão em análise, 26 inquiridos (19,7%). Esta ambivalência ao nível das opiniões justifica-se, de certa forma, devido à proximidade relacional e simbólica com a autarquia que corporiza o papel de «senhorio» que detém também um papel ambivalente e por outro lado, pelo facto de existir a tal *assistência reivindicada* referida anteriormente, o que configura percepções sociais que se moldam em torno da ideia de que a autarquia é ou deveria ser manobrada.

Em termos conclusivos, dentro deste primeiro vector analítico de abordagem acerca das representações feitas pela população inquirida sobre os moradores dos bairros camarários, no confronto do «nós» e dos «outros», prefigurou-se o esboço de duas estratégias representativas.⁹ A primeira, que apelidamos de *conformista*, está relacionada com uma atitude de resignação e até de impotência dos habitantes do Bairro ao assumirem que os moradores dos bairros camarários experienciam e vivenciam mais dificuldades do que os «outros», devendo por isso ser alvo de uma intervenção preferencial. Esta estratégia é também moldada por contornos de dependência, fazendo com que os actores sociais esperem protecção e ajuda por parte dos serviços sociais em geral e dos autárquicos em particular. Trata-se de uma situação marcada pela ausência de um projecto definido, fazendo com que se gerem comportamentos de apatia, demissão e resignação. Trata-se de um modo de vida equivalente ao descrito por F. Dubet e D. Lapeyronnie relativamente a algumas «cités» francesas: “Os fracassos pessoais e a desvalorização de si conduzem os actores a protegerem-se de todas as provas, a permanecer fechados num «nicho», a não deixar o bairro, o vão de escada ou o clube do bairro...”¹⁰.

A segunda estratégia, denominada de *reivindicativa*, congrega um conjunto de representações orientadas para a assunção de uma atitude que, ainda que de dependência face ao poder, não deixa de manifestar alguma autonomia nas relações que estabelece com os centros de decisão, na medida em que estes indivíduos negoceiam de forma permanente o seu estatuto e utilizam de forma pragmática, numa perspectiva de manipulação simbólica, os serviços, os apoios e os técnicos locais.

Nesta estratégia, inscrevem-se posicionamentos que reflectem a recusa de que os moradores dos bairros camarários sejam manobrados pela Câmara e que sejam prejudicados pelo poder, rejeitando ainda, a ideia de que esses habitantes sejam postos de parte pela sociedade em geral, e revelando paralelamente uma opinião crítica face às dinâmicas de vida assumidas pelos residentes no edificado camarário.

Num segundo eixo de abordagem, optou-se por descentrar a análise dos habitantes em si para o espaço-Bairro. Interessou-nos identificar as representações que os habitantes do Bairro do Cerco do Porto partilham face ao «ambiente social» do seu Bairro em comparação com os outros bairros camarários de Campanhã. Parte-se aqui do pressuposto que a representação social é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma finalidade prática com o objectivo de se construir uma realidade comum a um conjunto social. Com efeito, representar corresponde a um acto de pensamento através do qual um sujeito se relaciona com

⁸ No decorrer do trabalho de campo, foi mesmo formulado um discurso, por parte de alguns actores sociais moradores, no sentido de questionar a eficácia dos serviços sociais, na medida em que lhes atribuem obrigação na resolução dos seus actuais problemas. Nessa mesma linha, tentaram, ainda que com insucesso, efectuar a sua colaboração esta pesquisa nessa mesma linha de acção.

⁹ Esta análise baseou-se nos contributos de Serge Paugam, *Op. Cit.* e de António Firmino da Costa e Manuel João Ribeiro, “Construção social de um objecto de reabilitação. Notas sobre o caso de Alfama”, in *Sociedade e Território*, n.º10/11, 1989, pp. 85-95.

¹⁰ François Dubet e Didier Lapeyronnie, *Les Quartiers d'Exil*, Paris, Editions du Seuil, 1992, p. 125.

um objecto por via de processos cognitivos, estando em estreita conexão com a pertença social do indivíduo.¹¹

Ao confrontarmos os habitantes com a imagem pública do seu próprio Bairro face aos outros bairros de habitação social do Vale de Campanhã e da freguesia de Campanhã, podemos considerar que as representações dos habitantes reflectem gradações diversas, consoante o «ambiente social» e «construído» referente a cada bairro em particular.¹² Num pólo positivo, o Bairro do Falcão é classificado como tendo um «ambiente social» «muito bom» e «bom», seguido pelo Bairro de S. Roque da Lameira e pelo Bairro de Contumil, classificados entre o «bom» e o «razoável». Num outro pólo, constituído por apreciações negativas, situam-se o Bairro do Cerco do Porto com um «ambiente social» medíocre, o Bairro do Lagarteiro oscilando ente o «medíocre» e o «mau» e por fim, o Bairro S. João de Deus, assumindo as categorizações de «mau» e de «muito mau». Não deixa de ser significativo observar que na hierarquização dos espaços, os próprios residentes assumem sentimentos de auto-marginalização, embora o seu próprio Bairro não se situe na posição mais desfavorável no contexto de freguesia de residência.

QUADRO 1. Hierarquização do «ambiente social» dos bairros sociais da freguesia de Campanhã

Hierarquização dos Bairros sociais em termos de «ambiente social»	Médias das avaliações
Bairro do Falcão	1,5
Bairro S. Roque da Lameira	2,5
Bairro de Contumil	2,6
Bairro do Cerco do Porto	4,1
Bairro do Lagarteiro	4,8
Bairro S. João de Deus	5,2

Vários factores podem justificar articuladamente esta situação. É comum entre os inquiridos e entre os entrevistados o accionamento de estratégias de defesa quando se lhes pede para comparar o «ambiente social» do seu Bairro com o dos «outros». Tendencialmente, não valorizam directamente o seu Bairro, desvalorizando e denegrindo a imagem dos outros bairros, estando subjacente a esta postura uma espécie de mecanismo compensatório. Repare-se que a construção de identidades sociais faz-se por comparação com os outros, por confronto e por oposição; parafraseando J. Madureira Pinto, “a construção de identidades alimenta-se sempre de alteridades (reais ou de referência)¹³.” De referir que a identidade pode ser entendida como um lugar de confluência entre o individual e o social e entre o objectivo e o subjectivo¹⁴. Não deixa de ser importante registar que os entrevistados não fazem alusão directa ao seu próprio Bairro, optando por sobrevalorizar os aspectos negativos constituintes da imagem publicamente veiculada sobre o Bairro de S. João de Deus e mostrando, de facto, que a formação de identidades depende da partilha de sinais acerca de uma dada realidade, sendo esses encarados como determinantes para o desenho de comunidades de partilha¹⁵. Na composição dessa imagem o contributo dos *media* é crucial na medida em que opera um verdadeiro trabalho de construção e de fabricação de uma representação social que com frequência está distante da

¹¹ Denise Jodelet, “Représentations sociales: un domaine en expansion”, in Denise Jodelet (dir.), *Les Représentations Sociales*, Paris, PUF, 1994, pp. 31-61.

¹² Convém salientar que estamos perante uma variável ordinal que pode ser interpretada como uma variável numérica, uma vez que se atribuiu uma classificação categorial aos diferentes Bairros em análise, isto é, atribuiu-se uma ordem de classificação ao ambiente social do seu Bairro e de outros existentes na freguesia de inserção do Bairro, cujos *scores* variam entre o 1 (*muito bom*) e o 6 (*muito mau*).

¹³ José Madureira Pinto, “Considerações sobre a produção social de identidade”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, 1991, p. 219.

¹⁴ Ainda a este respeito, assinala-se também o ponto de vista de José Azevedo, “Perspectivas psicossociais no estudo da identidade”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I Série, Vol. II, pp. 111-119.

¹⁵ Cf. António Firmino da Costa, *Sociologia*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992, pp. 52-57.

realidade, tomando um carácter indesmentível e irrefutável, mesmo que surjam rectificações ou desmentidos¹⁶. Evidenciam essencialmente uma imagem depreciativa acerca da coabitação inter-étnica que caracteriza este último bairro. Enfatizam de sobremaneira um conjunto de atributos de carácter negativo geralmente associados ao grupo étnico cigano, denotando-se aqui o desenho de um preconceito e, simultaneamente, uma imagem estereotipada desse grupo, o que reflecte um desconhecimento e uma distância social, cultural e simbólica.

“Se calhar (o Bairro S. João de Deus) é, pelo menos aparentemente, o pior. Eu conheço o Bairro, já fui lá, conheço pessoas de lá (...) Eu penso que o S. João de Deus está pior por causa por exemplo os ciganos, se calhar a Câmara foi um bocado culpada por mandar para lá todos os ciganos, se calhar era melhor ter posto um no meu bloco, outro noutra bloco, porque eles iam se adaptar mais se estivessem em blocos diferentes, já sei que isto é complicado porque eles vivem juntos, em família. Mas também puseram-nos todos ali no mesmo sítio, se calhar não foi a melhor política. Realmente penso que o S. João de Deus é mais complicado do que o Cerco.” (Morador 1, 65 anos, viúvo, 4ª classe do ensino básico primário, operário, reformado)

“O pior é o S. João de Deus, isso sem sombra de dúvida, os ciganos, ali é que é mesmo uma selva ali, basta dizer que é ciganos que lá moram! Olhe eu a seguir acho que está este, em pé de igualdade com o do Lagarteiro. Isso depois são vários, por exemplo o bairro do Falcão é um bairro sossegado(...). É, para mim é a única diferença que há entre este e o S. João de Deus, é que lá é só à base de ciganos e aqui não, mas têm comportamentos piores que alguns ciganos.(...) Não, quer dizer eu acho que lá o ambiente é mais pesado. (...) O cigano é bicho do mato, são indivíduos que você pede-lhe um bilhete de identidade não tem bilhete de identidade, não tem certidão de nascimento, nem nada então o que é isso? São bichos do mato. São indivíduos que lhe dão uma facada e você chama a polícia, a polícia prende o gajo pede-lhe identificação, “olhe chame o fulano tal”, não tem bilhete de identidade, não tem nada e você ficou com uma facada, se o polícia lá for atenção, porque eles primeiro olham.” (Morador 2, 31 anos, solteiro, 8º ano de escolaridade, pintor de automóveis)

“Olhe, em termos de hierarquia, há aqui muito melhores. Se contarmos com o Monte da Bela, Falcão, Machado Vaz, este está mal por causa da droga, do barulho, dos comportamentos das pessoas. Mas no Lagarteiro, ainda é pior e para não falar no Tarrafal! Em termos desses bairros...está tudo perdido!” (Morador 7, 39 anos, casado, 2º ano do antigo curso comercial, chefe de armazém, desempregado)

“Só que o S. João de Deus há ali muita mistura “ética” (étnica) não é? Aquilo para mim é uma confusão, desde ciganos, cabo-verdianos, as pessoas que vieram... da Ribeira, as pessoas que vieram da Serra...Muita gente, só isso tudo que se diz, não é? (...) antes do 25 de Abril, as pessoas castigadas eram postas para lá.” (Morador 8, 49 anos, casado, 4ª classe do ensino básico primário, motorista)

2. O Bairro no espaço urbano: Contrastes e continuidades

No sentido de avaliar a percepção dos sujeitos acerca da pertença física, mas sobretudo simbólica, do Bairro face à cidade do Porto, os inquiridos foram questionados a propósito da integração do Bairro no tecido urbano portuense. Abordou-se a cidade como objecto de percepção no sentido em que “a imagem actua como marco de referência das crenças e do conhecimento, e proporciona a matéria prima para os símbolos e as recordações colectivas de comunicação do grupo.”¹⁷ Neste contexto, registou-se que grande parte da população (77,6%) considera que o Bairro é parte integrante da cidade face a uma minoria de respondentes, que consideram que este não faz parte da cidade. No cruzamento da opinião que os sujeitos têm face

¹⁶ Cf. Sophie Body-Gendrot, *Ville et Violence. L'Irruption de Nouveaux Acteurs*, Paris, PUF, 1993.

¹⁷ Maria-Angéls Durán, *La Ciudad Compartida. Conocimiento, Afecto y Uso*, Madrid, Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España, 1998, p. 53.

à integração do Bairro na cidade e a justificação dada para o seu posicionamento, podemos observar que, 69 sujeitos (65,1%) argumentaram que o Bairro está integrado na cidade porque está dentro dos limites físicos da cidade. Num prisma analítico complementar procuramos identificar, através das entrevistas, um maior aprofundamento das razões pelas quais uma parte da população considera que o Bairro não se encontra integrado *efectivamente* na cidade. Considerando que um lugar é composto por três atributos, a identidade, as relações e a história¹⁸, torna-se necessário atender à ideia construída pelos próprios que habitam ou trabalham nesse local e às relações que entabulam com o território e com os restantes residentes.

Neste sentido, os depoimentos dos entrevistados ilustram bem, a respeito da integração do Bairro na cidade, uma construção discursiva centrada numa assunção da pertença a um espaço estigmatizado e das modalidades de reacção face a essa situação. Reportam-se directamente às táticas de encobrimento e de resistência ao estigma mobilizadas pelos residentes. Em situações de interacção e de exposição pública, os residentes omitem a sua pertença territorial, aliás, estas táticas foram também invocadas pelos residentes em outros contextos similares e inclusivamente em Campanhã, demonstrativos de que “habitar no bairro é arriscar a ter uma imagem publicamente desvalorizada, no fundo, é arriscar a imagem de ser marginal, desviante e indesejado.”¹⁹ Existe, em consequência, um discurso socialmente assumido que remete os habitantes dos bairros sociais para uma ameaça que «está por todo lado e em nenhuma parte» e “este procedimento de exteriorização simbólica das populações não conformes alimenta um medo social” capaz de manter alerta todos os actores sociais que intervêm no espaço urbano²⁰.

“Eu acho que a cidade tem um pouco essa imagem da selva. Agora, eu procuro dizer a toda a gente para dizer que moram no Bairro do Cerco do Porto - porque é preciso que as pessoas saibam que no Bairro do Cerco do Porto mora gente muito boa - pessoas excepcionais em termos humanos, há ali pessoas mesmo boas, famílias compreensivas, e essas pessoas temos de dizer que também moram no Cerco do Porto, para eles saberem que no Bairro do Cerco do Porto não é só bandidos, se há um conjunto de pessoas que por várias questões andam ao barulho, há outras que são muito boas.

A droga veio alterar este respeito que a cidade tem por nós. Admito que muita gente em termos de emprego e opções sociais minta. Se calhar não mentem, ocultam aqueles factos.” (Morador 1, 65 anos, viúvo, 4ª classe do ensino básico primário, operário, reformado)

“Vejo que isto está podre, eles vêem que o bairro esta podre (...). Quando vou de camioneta a casa da minha filha, ouço que aqui está um bairro que já não é aquele bairro que era sossegadinho, que agora é um bairro que esta assim muito relaxado (...) É toda a gente a dizer mal deste bairro (...).agora é uma pouca vergonha por causa da droga. É tudo a dizer mal do bairro do cerco do Porto (...).” (Moradora 3, 56 anos, casada, 2ª classe do ensino básico primário, operária têxtil, reformada por invalidez)

“A ideia foi marginalizar as pessoas, marginalizar as pessoas por não interessar ao centro da cidade. Primeiro, para rentabilizar os terrenos; segundo, o estrato social das pessoas era um bocado baixo e... Prontos, achavam, se calhar naquela altura, que os operários haviam de estar na margem de qualquer coisa... Quanto a mim, foi esse o interesse da Câmara”. portanto que o Bairro nunca fez parte da cidade. Se repararmos na forma como as entidades oficiais abandonaram o Bairro, desde que ele foi criado e depois praticamente por parte da

¹⁸ Cf. Marc Augé, *Los “No Lugares” - Espacios del Anonimato. Una Antropología de la Sobremodernidad*, Barcelona, Gedisa Editorial, 1995.

¹⁹ Estamos a fazer referência a uma análise que foi feita no Bairro S. João de Deus por Maria Manuela Mendes, *Emicidade, Grupos Étnicos e Relações Multiculturais. “Nós” os Ciganos: estratégias identitárias, relacionais e de diferenciação intra-grupo e face aos “não-ciganos”. Estudo de Caso de Dois Grupos Ciganos em Espinho e no Porto - Tese de Dissertação de Mestrado*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, p. 196.

²⁰ Cf. Sophie Body-Gendrot, “Sécurité et insécurité dans la ville”, in in Thierry Paquot e Outros (dir.), *La Ville et l’Urbain, l’État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, 2000, pp. 194-201.

cidade. Aliás, eu penso que esta zona da cidade, não só a zona do Cerco, como a zona de Rio Tinto, são zonas que nunca fizeram parte da cidade.” (Morador 7, 39 anos, casado, 2º ano do antigo curso comercial, chefe de armazém, desempregado)

“A maior parte das pessoas até fazem truques assim mandam fazer os cartões e põem lá rua Vila Nova de Foz Côa (...) De onde é que o senhor é? Dizem “Eu moro em S. Roque da Lameira, não dizem moro na rua do Cerco do Porto, mas sim em S. Roque da Lameira.” (Morador 4, 18 anos, solteiro, 3ª classe do ensino básico primário, inactivo)

“Às vezes ouço as pessoas a dizerem que há um emprego - onde mora? Bairro do Cerco do Porto. É logo posto de lado, logo há uma certa (...) as pessoas ficam frias logo assim, às vezes até dizem logo, (...) a propaganda, o caso da notícia, o caso de certos órgãos de informação.(...) Criou-se agora o mito que o Cerco do Porto é que é o centro da droga, e também isso, criar a ideia a nível público que o Cerco do Porto é o poço onde vem a porcaria toda, que também faz com que a porcaria venha cair aqui...(...) também há aquela coisa de dizer assim, no Cerco há isto, há aquilo, as pessoas vêm, mas pelo o aspecto de quem rouba, normalmente, hoje em dia as pessoas sabem que a maior parte dos roubos que se fazem é por toxicoddependência e sabem logo que no Cerco do Porto A, B, vendem droga.” (Instituição/Serviço 6)

“As pessoas têm receio do bairro e com alguma razão. (...) As pessoas não entram com facilidade no bairro, quem entra depois vê que não há motivo, é mais uma questão psicológica. Ninguém nos agride sem mais ou menos. As pessoas são estigmatizadas por viverem aqui no bairro, eu digo muitas vezes que trabalho aqui e as pessoas dizem logo - Bolas e não tem medo?” (Instituição/Serviço 4)

“É uma zona periférica complicadíssima, de grandes problemas, de alguma marginalidade, isto é um bocado a percepção do Cerco. Quando se fala no Cerco é um bocado isto, as pessoas pensam na delinquência, marginalidade, isto é a percepção logo imediata, daí os jovens quando vão procurar emprego não utilizam o nome do Cerco do Porto, utilizam o nome da rua, e há casos comprovados, dessas pessoas que foram rejeitadas precisamente porque moram no Cerco do Porto, então as pessoas começaram a criar outro tipo de respostas, isto é um bocado a percepção da cidade.” (Instituição/Serviço 3)

As considerações precedentes também nos permitem falar de uma «metrópole fragmentada»²¹ no sentido em que essa entidade se configura como um processo social complexo onde se fazem sentir as dinâmicas da reestruturação económica, os eixos da produção urbana e as linhas de política urbana, sendo um palco de observação por excelência dos estilos de vida, dos valores e atitudes e das acções dos agentes sociais entre si e nas suas relações com o território vivido. T. Barata Salgueiro salienta inclusivamente que as características da «metrópole fragmentada» se podem agrupar nos seguintes eixos de abordagem: “estrutura policêntrica devido à perda de hegemonia do centro único e formação de novas centralidades”; “desenvolvimento de complexos de grandes dimensões, com frequência de uso misto e, por vezes, espectaculares”; “presença de «enclaves» socialmente diferenciados e dissonantes, seja no seio de malhas antigas homogéneas, seja em sítios de produção nova, apontando para fenómenos de contiguidade sem continuidade”; e “dessolidarização do entorno porque os indivíduos e actividades participam em redes de relações à distância e dependem menos de relações de proximidade”²².

Esta estruturação urbana regida pela lógica da fragmentação irá despoletar a emergência de espaços de marginalização que se regem por debilidades em termos de equipamentos sociais, por condições de habitação precárias, por estruturas de transporte insuficientes, por uma incipiente cobertura da rede de saneamento, pela má qualidade física e ambiental e pela

²¹ Expressão utilizada por Teresa Barata Salgueiro, “Fragmentação e exclusão nas metrópoles”, in *Sociedade e Território*, nº 30, 2000, pp. 16-26.

²² *Idem, Ibidem*, p. 17.

congregação num mesmo espaço de populações dotadas de uma baixa dotação de recursos económicos e sociais. O processo de marginalização orientado por uma lógica de fragmentação é de natureza reprodutiva e tende a perpetuar-se no espaço e no tempo, levando-nos mesmo a considerar que “os bairros pobres são os bairros onde os pobres habitam”, mas também, “que os tornam pobres ou tecem as redes que os impedem de romper com as suas condições de vida”²³. Herdeiros de uma «urbanidade contrariada»²⁴, as populações que habitam os territórios desfavorecidos auto-marginalizam-se e em última análise, consideram que só fazem parte da cidade por questões meramente administrativas, portanto, exógenas ao seu sentir e vivências.

Como suporte analítico complementar, importa referir na linha hipotética de Isabel Guerra²⁵, se não estaremos perante uma cidade ligada à globalização crescente do tecido produtivo, ocasionando um incremento dos contrastes sociais, das segmentações entre os diferentes grupos sociais por via do reforço de um duplo processo de segregação social e de diferenciação funcional dos espaços. Esta linha hipotética terá que ter incidência numa reflexão renovada acerca das políticas da cidade, capaz de equacionar a cidade como um todo complexo mutante. Parece-nos, em última análise, que o alcance da coesão social só se poderá garantir no quadro de um tal debate sobre a cidade.

3. Visibilidade e invisibilidade: Um jogo representacional

Interessou-nos analisar a visibilidade «externa» decorrente de uma dada imagem exógena do Bairro. Neste domínio das atribuições simbólicas, reportamo-nos uma vez mais à percepção que os residentes esboçam do seu Bairro enquanto entidade espacial e social, através de um exercício de projecção em torno da imagem que os não residentes têm e assumem. Quando levados a posicionar-se acerca do que consideram ser a representação que o exterior tem do Bairro, os inquiridos orientaram as suas respostas essencialmente em função de dois referenciais de representação. Um primeiro referencial, representativo para 66 inquiridos (49,6%), centra-se na constatação de que o Bairro tem uma má imagem exterior com razão de ser, e um segundo referencial, enunciado por 48 inquiridos (36,1%), revela-nos que o exterior tem medo do Bairro. Numa posição minoritária, podemos também referir que 15 pessoas (11,3%) consideram que o exterior tem uma má imagem do Bairro, embora não fundamentada e, por isso, sem razão de ser.

QUADRO 2. Classificação da imagem exterior do Bairro

Classificação da imagem exterior do Bairro	N.º de Respostas	% do Total da Amostra
Medo do Bairro	48	36,1
Má imagem sem razão	15	11,3
Má imagem com razão	66	49,6
Boa imagem	2	1,5
Outra	2	1,5
Total	133	100,0

Existe, assim, uma assunção partilhada pelos moradores de que o Bairro é uma espécie de palco de todas as «incivildades» e “cujas vítimas principais e os primeiros culpados se supõe

²³ Luís Capucha, “Territórios da pobreza, onde é preciso voltar”, in *Sociedade e Território*, n.º 30, 2000, p. 12.

²⁴ Expressão de Jean-Pierre Frey, “Urbanisation et habitat”, in Thierry Paquot e Outros (dir.), *La Ville et l’Urbain, l’État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, 2000, pp. 183-193.

²⁵ Isabel Guerra, “Coesão social e regeneração urbana”, in Câmara Municipal do Porto, *Contributos para a Formatação de Novas Intervenções de Regeneração Urbana*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 2000, pp. 61-66.

que são os moradores desses mesmos bairros”²⁶. Esta questão liga-se indissociavelmente ao facto de que a cristalização da imagem dos bairros é fundada em ocorrências negativas (tais como, o tráfico de drogas, por exemplo), levando a que se edifiquem como espaços estigmatizados, potenciando a sua cada vez maior ruptura com a cidade «normal», identificando negativamente os seus moradores, levando à perda de auto-estima colectiva e ao consequente agravamento reprodutivo da situação.

Note-se que mesmo para quem os habita, os bairros urbanos se assumem privilegiadamente como o «topos do perigo»²⁷, na medida em que se afiguram como locais de transgressão estética (locais de degradação do espaço construído e da sua envolvente, de qualidade de construção duvidosa, etc.), mas também, de transgressão ética (habitados por populações desviantes, caracterizados por famílias desagregadas, por índices de insucesso escolar e profissional muito elevados, por práticas de economia subterrânea, pela delinquência juvenil, etc.).

Este imaginário assume-se como elemento de chancela no estabelecimento das relações dos espaços estigmatizados com a cidade no seu todo, provocando relativamente aos bairros “a sua ruptura com a cidade normativa, a homogeneização dos habitantes sob a etiqueta negativa, a perda de auto-estima colectiva e o consequente agravamento da situação”²⁸. Afinal, estamos perante a (re)construção de lugares marginais, fora dos limites da normalidade e cujo respeitável cidadão comum deverá evitar contactar seja sob que pretexto, ou como bem refere C. da Agra, “os espaços desviantes são territórios retirados da visibilidade da vida quotidiana normal dos grandes aglomerados”²⁹.

Numa perspectiva de um maior aprofundamento relativamente às imagens exógenas sobre o Bairro, tentamos aferir as dimensões constituintes da construção de um imaginário de «medo» publicamente partilhado. É oportuno fazer aqui uma referência ao papel dos *media* na cristalização de uma imagem desvalorizada do Bairro na cidade por parte dos seus próprios moradores como já vimos atrás. A mediatização de determinados acontecimentos e ocorrências assume frequentemente uma tonalidade sensacionalista, contribuindo para difundir e reforçar uma imagem negativa dos bairros de habitação dita social.

Para a opinião pública, esses são encarados como «lugares desacreditados», espaços marcados pela violência, pelo conflito; espaços em que *não é possível viver*.³⁰ A título ilustrativo, enquadrámos aqui alguns extractos de jornais diários que evidenciam, de forma enfatizada, traços de uma identidade exógena virtual, o que fica bem patente nos discursos produzidos acerca do Bairro do Cerco do Porto: «flagelo», «santuário de droga», «supermercado de droga», «crianças metidas na droga», «droga e muito dinheiro», «agredido a tiro no Bairro do Cerco», «pancada, tiros e fuga», «roubo no Cerco do Porto», «moradores do Cerco do Porto não têm um minuto de sossego», «seis traficantes presos no Bairro do Cerco do Porto», «baleado no Cerco transferido para Caxias» etc..³¹ Os reflexos deste processo de «construção mediática» são visíveis na argumentação dada pelos moradores e por instituições locais.

²⁶ Loïc Wacquant, *As Prisões da Miséria*, Oeiras, Celta Editora, 2000, p. 1. Aliás, este mesmo autor salienta que essa apelação e designação desses espaços se encontra generalizada por toda a Europa há cerca de uma década.

²⁷ Segundo a expressão de Luís Fernandes, *O Sítio das Drogas - Etnografia das drogas numa periferia urbana*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998 e Luís Fernandes, “Topografia urbana do medo: «os espaços perigosos»”, in *Revista do Ministério Público*, nº 59, 1994, pp. 11-27.

²⁸ Cf. Luís Fernandes, *O Sítio das Drogas ...*, p. 75.

²⁹ Cândido da Agra, *Entre Droga e Crime. Actores, Espaços, Trajectórias*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 39.

³⁰ Vd. S. Cohen, *Folk Devils and Moral Panic*, Londres, Blackwell, 1972; S. Cohen, *Visões de Control Social*, Barcelona, PPU Editores, 1988; Patrick Champagne, “La construction médiatique des «malaises sociaux»”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 90, 1991, pp. 64-75; Patrick Champagne, “La vision médiatique”, in Pierre Bourdieu (dir.), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil, 1993, pp. 61-79.

³¹ Sem mais referências, “Supermercado de droga”, in *Jornal de Notícias*, 4 de Janeiro de 1994; Manuel Vitorino, “Patrulhas de elite nas zonas críticas”, in *Jornal de Notícias*, 25 de Janeiro de 1998; Tânia Laranjo, “Droga é «rainha» em bairros do Porto”, in *Jornal de Notícias*, 12 de Maio de 1998; Sem mais referências, “droga e muito dinheiro”, in *Público Local Porto*, 28 de Janeiro de 1995; “agredido a tiro no Bairro do Cerco”, in *Público Local Porto*, 25 de Abril de 1995; “pancada, tiros e fuga”, in *Público Local Porto*, 25 de Agosto de 1995; “roubo no Cerco do Porto”, in *Público Local Porto*, 1 de Setembro de 1995; “moradores do Cerco do Porto não têm um minuto de sossego”, in *Público Local Porto*, 27 de Janeiro de 1996; “seis traficantes presos no Bairro do Cerco do Porto”, in *Público Local Porto*, 15 de Março de 1995 “baleado no Cerco transferido para Caxias” in *Jornal de Notícias*, 6 de Outubro de 1995.

“Eu acho que a comunicação social deve dar informações daquilo que sabe, mas agora no Cerco do Porto e noutros Bairros, mas no Cerco do Porto eu acho que a comunicação social só deixa transparecer cá para fora aquilo que é mau, foi o filho que bateu ao pai, mas eu quero dizer que em termos da CERPORTO, nós fizemos um acto de posse em que esteve um jornal e foi comunicado, tivemos uma outra cerimónia em que esteve apenas o Comércio do Porto, se calhar a comunicação só está ligada para o futebol, e é preciso encher as folhas dos jornais, se calhar isso faz parte da sobrevivência deles, mas a verdade é que o Cerco do Porto tem muitas coisas boas, e vai ter coisas melhores quando as entidades que têm obrigação e dever apoiarem as pessoas que estão dispostas a trabalhar, porque há lá muita gente que está disposta a trabalhar, agora as pessoas querem omoletas sem ovos, e desistem.” (Morador 1, 65 anos, viúvo, 4ª classe do ensino básico primário, operário, reformado)

“Um Bairro de droga. É isso. É isso que eu julgo que a cidade pensa que é o Bairro. É um Bairro de droga.” (Moradora 3, 56 anos, casada, 2ª classe do ensino básico primário, operária têxtil, reformada por invalidez)

A (re)construção imaginária em torno do Bairro do Cerco do Porto remete-nos ainda para a emergência de uma atribuição referente a uma espécie de «lugar-condenado» e, desta forma, interdito e de evitamento no tocante à população da cidade no geral. A este propósito, parece-nos oportuno referir uma análise³², centrada na distribuição do número de reclusos e o volume de crimes por tráfico de estupefacientes no interior da cidade do Porto. Entre as freguesias de residência dos reclusos, Campanhã ocupa o primeiro lugar (34%), o mesmo acontecendo com o volume de tráfico de estupefacientes (37%). Referenciando a nossa análise ao parque habitacional da cidade do Porto, e concretamente aos bairros sociais, as freguesias de maior implantação dos bairros sociais são também aquelas onde se regista um maior contingente de reclusos residentes; assim, do total de reclusos da cidade do Porto, 49% residem em bairros sociais. Relativamente ao nosso contexto analítico, observa-se que os crimes mais frequentes se situam na categoria de tráfico de estupefacientes (83%). Olhando para o total da distribuição do tráfico de estupefacientes na cidade do Porto, podemos dizer que o Bairro do Cerco do Porto detém um total de 22%, seguido pelo Bairro de S. João de Deus com 17% e do Lagarteiro com 15%. Convém notar que estes dados, tendo sido recolhidos junto de estabelecimentos prisionais, vão de encontro aos conteúdos das imagens veiculadas pelos *media* e poderão, eventualmente, reforçar os processos de auto e hetero-estigmatização e vão densificar as imagens exógenas que recaem sobre o Bairro enquanto espaço gerador de medos e de sentimentos de insegurança.

Esta imagem estereotipada, para além de ter dimensões de ordem social e simbólica, abarca também dimensões que podemos qualificar de «físicas». À degradação social, adiciona-se a degradação física e assim os bairros sociais aparecem como “o *topos* do perigo: sítios desagradáveis arquitectonicamente, a sua forma de transgressão seria de ordem estética (são maciços, estereotipados nas formas, com os edifícios mal conservados e os espaços públicos degradados (...)).”³³

4. Uma imagem *estilhaçada*

A carreira de deterioração da imagem do Bairro pode ser atestada pela análise retrospectiva efectuada pelos moradores. Ao avaliarem diacronicamente a imagem do Bairro, a população inquirida, de forma esmagadora, considerou que ao longo do tempo a imagem deste espaço decaiu significativamente, 111 inquiridos (81,6%). Tão-somente 9 inquiridos (6,6%)

³² Cecília Delgado, “O cenário do delito”, in Cândido da Agra (dir.), *Insegurança Urbana na Cidade do Porto - Estudos Interdisciplinares*, Vol. V, Porto, Centro de Ciências do Comportamento Desviante - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 1997. A amostra deste estudo refere-se especificamente aos crimes cometidos por indivíduos do sexo masculino detidos no estabelecimento prisional do Porto no período de 14 de Março a 16 de Maio de 1997.

³³ Luís Fernandes, “Topografia urbana do medo: «os espaços perigosos»”, in *Separata da Revista do Ministério Público*, n.º 59, 1994, p.20. (pp.11-27).

consideram que a imagem do Bairro decaiu moderadamente, sendo que o mesmo número considera que melhorou moderadamente.

A resposta a esta questão torna bem perceptível a consciencialização e a interiorização por parte dos próprios moradores de uma imagem pública do bairro socialmente desfavorável e degradada; imagem essa que é auto-construída ao longo de um processo de longa duração, por todos aqueles que de alguma forma experienciaram de perto a evolução do Bairro. Quando analisamos estes dados tendo em conta as idades dos inquiridos, mais uma vez se constata que existe uma certa consensualidade em torno da evolução acentuadamente negativa da imagem do Bairro, independentemente dos diferentes grupos etários em presença. Contudo, se efectuarmos uma análise mais fina aos resultados, notamos que os efectivos mais jovens (18-29 anos) optam mais do que os outros grupos, por um posicionamento avaliativo ligeiramente menos negativo.

Esta postura dever-se-á, com certeza, ao facto de estes jovens não terem assistido à fase inicial da vida deste Bairro, em que, naturalmente, este não se encontrava tão degradado. Obviamente, a comparação que os inquiridos mais jovens podem estabelecer se concentra num espaço temporal mais limitado.

Os fragmentos discursivos dos entrevistados deixam transparecer uma oposição permanente entre um passado apreciado positivamente e um presente avaliado negativamente. O passado do Bairro é sobrevalorizado, denunciando-se um certo sentimento de «saudosismo» e de «nostalgia» face ao «ambiente social» e ao edificado.

No presente, a paisagem social, física e arquitectónica do Bairro é percebida de forma negativa, emergindo o Bairro como um espaço difuso, despovoado de pontos de referência afectivos e simbólicos de carácter positivo.³⁴

“Quando nós fomos para o bairro, naquela zona criaram-se associações que não quer dizer que estejam ligadas à Câmara ou Junta de Freguesia. Os moradores juntaram-se, associaram-se e criaram aquelas associações. A Câmara deu-nos as casas para a gente fazer aquelas coisas. No início, quando o bairro foi feito estava tudo muito limpinho, com chorões, havia sempre funcionários a fazer limpeza ao bairro durante 1 ou 2 anos. Agora, claro que os tempos são outros, se calhar as pessoas sujam mais, mas a verdade é que o bairro está completamente sujo e desapoiado”. (Morador 1, 65 anos, viúvo, 4ª classe do ensino básico primário, operário, reformado)

“Em 1º lugar eu acho que foi o 25 de Abril, que alterou isto tudo, as pessoas começaram a sentir-se com mais liberdade, (...), depois aí começa a mudar as mentalidades. Depois daí começou a vir a coisa das drogas, e aí a decadência do bairro, aí é que foi mesmo a total decadência, porque isto dantes isto era um bairro bonito. Como eu lhe disse há bocado tínhamos ali um jardim...” (...) *começou-se por não se seleccionar em 1º lugar as pessoas que vinham para aqui.”* (Morador 2, 31 anos, solteiro, pintor de automóveis, 8º ano de escolaridade)

“Bairro novo, giro, impecável (...) foi-se degradando (...) porque quanto a mim este aglomerado de pessoas (...). Era um bairro todo ajardinado, com aqueles chorões (...) e com muitos espaços verdes (...) Houve a necessidade, talvez mais rápida de tirar as pessoas da escarpa, daquela zona das Campainhas (...) Da Gonçalo, como disse, não só a minha ilha, como outras ilhas, também vieram para cá, mas por acaso da ilha onde eu residia, a maioria deve ter vindo para aqui. Daí portanto, aquela zona de baixo ser mais degradada, se calhar pronto, porque tem antecedentes das próprias famílias, foram sempre a viver à custa do expediente, foram sempre pessoas a viver à custa do expediente, de vendas, ou prontos, aquele tipo de situações.” (Morador 7, 39 anos, casado, chefe de armazém, 2º ano do antigo curso comercial, desempregado)

Da análise efectuada, é possível esboçar a transição de uma imagem coesa social e fisicamente para uma *imagem fragmentada e estilhaçada* que radica na distância entre identidade social virtual e identidade social real do próprio Bairro, bem como, na desarticulação,

³⁴ Cf. Alfredo Mela, *A Sociologia das Cidades*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

nas clivagens e nas descontinuidades entre as auto e as hetero-imagens construídas pelos residentes.

A residência num determinado bairro, por si só e muitas vezes, estigmatiza os indivíduos que lá residem, tornando-se um elemento denunciador de uma imagem negativa para o exterior. Neste processo, não raro, os actores sociais não são mais do que um «objecto» de decisões e de medidas políticas. Neste contexto, a residência no Bairro pode ser vista como um factor de distinção social que, relacionada com a imagem que o Bairro transporta para o exterior, nos pode mostrar a percepção que os próprios residentes têm face a essa distinção e se isso os leva a sentirem-se auto e hetero excluídos.

Os inquiridos portadores de um sentimento de desafeição auto e hetero construído face ao seu próprio local de residência, na busca de uma afirmação identitária de enfrentamento do quotidiano, afirmam que morar no Bairro do Cerco do Porto não os distingue nada dos demais habitantes da cidade do Porto (67 respostas, 50,4%) ou os distingue pouco (13 respostas, 9,8%). Ao invés, encontramos 37 pessoas (27,8%) que consideram que a residência neste Bairro os distingue muito face aos demais cidadãos da cidade do Porto, assim como, 16 pessoas (12,0%) que consideram que a residência nesse Bairro os distingue bastante. Hipoteticamente, estamos num cenário em que se antevêm processos de violência simbólica, em que se denota uma certa “coerção que só se institui através da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação)”;³⁵ nesta perspectiva, as opiniões dos residentes no Bairro do Cerco não deixam de ser “produto da incorporação das classificações, assim naturalizadas, das quais o seu ser social é o produto.”³⁵

5. Aceitações e resistências: Uma leitura de síntese

Partiu-se do pressuposto de que a vivência em bairros segregados produz e reproduz processos de marginalização cumulativa sobre as populações residentes. Num nível de registo diacrónico, a esmagadora maioria declarou que ao longo do tempo a imagem do Bairro tem vindo a degradar-se; esta representação simbólica não se reflecte na desintegração (física e administrativa) do Bairro da malha urbana do Porto. Para uma elevada percentagem de opiniões grande parte dos residentes inquiridos, é um facto inegável que o Bairro faz parte da cidade porque está dentro dos limites da cidade e por se encontrar próximo da cidade do Porto. Na avaliação do sentir e da legibilidade do Bairro no exterior no momento presente, emerge, de imediato, uma convergência ao nível da percepção da negatividade da imagem do Bairro no exterior. Existem razões válidas que justificam essa má imagem no exterior, pois o Bairro suscita sentimentos de temor e de medo. Esta situação decorre do mau ambiente social que caracteriza o Bairro, tendo-se tornado num espaço publicamente difamado, percebido como local segregado.

A interiorização desta imagem negativa e desvalorizante tem reflexos não negligenciáveis nas reacções dos residentes, que tendem a assumir uma duplicidade comportamental: agudização de um sentimento de desgosto ou exacerbação da defesa do Bairro. Na produção dessa imagem exterior, a degradação física e ambiental do Bairro não pode ser esquecida. Com efeito, o aspecto exterior do Bairro é avaliado de forma dominante como mau, bem como o estado de conservação dos prédios do Bairro.

No contexto de outros bairros de Campanhã, o Cerco não é o pior em termos de ambiente social, ocupando o 3º lugar, depois do Lagarteiro e do S. João de Deus. Esta resposta revela-nos que os moradores reagem à estigmatização, relativizando o grau de gravidade do ambiente social do Cerco quando comparado com o dos outros bairros. Os residentes accionam assim uma espécie de estratégia de defesa, que passa por assumir em termos discursivos a seguinte máxima: “o Cerco é mau, mas não é o pior”. Esta posição tem subjacentes mecanismos de reconhecimento de pertenças e de identificação colectiva. A má imagem do Bairro no exterior articula-se com o desgosto face ao Bairro, o que deixa transparecer a interiorização da imagem negativa e dos rótulos depreciativos publicamente difundidos.

A comprovação da auto e hetero segregação pode ainda ser atestada pelo facto de grande parte da população inquirida considerar que os residentes em bairros camarários são

³⁵ Pierre Bourdieu, *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 150-151.

postos de lado pelas outras pessoas. Neste sentido, são alvo de práticas discriminatórias, segregativas e de marginalização por parte da sociedade envolvente. A reprodução impõe-se nestes contextos. A residência nestes espaços é encarada como uma fatalidade ou espécie de destino que não pode ser interrompido. Aqueles que manifestem desejo e vontade de mudar de vida, não o conseguem, dados os constrangimentos sociais e estruturais que limitam a acção do indivíduo. Neste quadro de vida, não se antevêm perspectivas de mudança, nomeadamente de promoção e ascensão social.